

do meu País saber que há tanta riqueza, tanto minério em seu subsolo, e apenas uma empresa detém a posse de 411 mil hectares de terras, na qual não lhes permitem sequer a entrada ou o livre trânsito.

Não somos contra o Projeto Carajás. Julgamo-lo de relevante interesse para a economia nacional, muito embora para o meu Estado e para os Municípios do Sul do Pará muito pouco represente em termos econômicos, políticos e sociais. Para estes, o que resta mesmo é o pesado ônus dos graves problemas sociais. Enquanto isso, a todo-poderosa Companhia Vale do Rio Doce extrai o nosso minério, torna-se cada vez mais rica e o nosso povo cada vez mais pobre e sofredor. Não lhes dá a CVRD o direito de chegarem às suas terras para trabalhar. Humilham-nos impedindo-os de transitar por suas concessões, como se estivéssemos em outro país. Lançam contra o nosso povo os seus "seguranças" e pedem reforço policial ao Governo do meu Estado, como se os trabalhadores de minha terra fossem criminosos. Na verdade, o único crime que eles estão cometendo é o de lutar pelo direito do trabalho condignamente.

Sr. Presidente José Sarney, a V. Exª, que tem ido tantas vezes ao Projeto Carajás; a V. Exª, que tem levado presidentes de outros países a visitar o grande projeto; a V. Exª, que se tem deleitado com a beleza da nossa natureza e a riqueza do nosso subsolo, faça agora um apelo. Em sua próxima visita à Serra dos Carajás, desça a Serra, Presidente. Vá a Paranapebas, no pé da Serra. Sinta o doloroso contraste, o verdadeiro paradoxo. Veja a miséria em que vive o nosso povo de Paranapebas, Curionópolis e Serra Pelada. Desça a Serra, Sr. Presidente. Faça como fez em Tucuruí, quando desceu da cidade do luxo e viu a cidade do lixo e se compadeceu de seu povo. Faça o mesmo em Carajás, Presidente. Desça a Serra. Cobre da Vale do Rio Doce a imensa dívida social que tem para com o meu Estado e o nosso povo. Se os poderosos da Vale do Rio Doce não lhe quiserem ensinar o caminho, estou ao seu dispor, como guia ou cicerone, para que V. Exª sinta de perto o sofrimento do nosso povo. Desça a Serra, Presidente, e ajude-nos a participar da riqueza que é nossa.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, nos últimos decênios, vem-se dando crescente e justa importância à questão do menor, o que se concretizou, de certa forma, em redução da mortalidade infantil, mormente na primeira infância, em virtude da melhor assistência à maternidade e da prevenção de doenças carenciais infantis, com campanhas de âmbito nacional, a maioria das vezes visando à erradicação de enfermidades mais disseminadas, como a poliomielite, a desidratação, e males de caráter temporário, como o dengue, a malária etc.

É sem dúvida importantíssimo esse tipo de interesse e assistência, mas é chegada a hora de também darmos atenção a duas outras faixas etárias, também carentes, as quais sofrem problemas, às vezes, de difíceis soluções, visto serem resultados de causas acumuladas ao longo de anos e anos de abandono: trata-se do amparo à velhice, modernamente chamada de terceira idade, e à juventude.

A assistência aos jovens compreende tanto os cuidados com o adolescente — tais como a proteção e vigilância aos menores de 18 anos de idade, no sentido de sua integridade física e de sua segurança — como o amparo à infância.

Com relação aos jovens, mister se faz atender à premente necessidade de sua formação técnico-profissional, já que forma quase a metade do contingente demográfico da Nação, preparando-os para o engajamento no esforço produtivo da economia nacional.

Nesse sentido, é indispensável a multiplicação de escolas para formação técnico-profissional de segundo grau, nos vários setores da atividade econômica, tanto na cidade como no campo. As possibilidades não se restringem apenas ao comércio e à indústria, à agricultura, à pecuária e à mineração; há, ainda, vasta área nas explorações laboratoriais e tecnológicas, especializações que se desenvolverão tanto melhor quanto maior for o aprimoramento obtido na formação escolar.

O problema da delinqüência juvenil decorre, em grande parte, do abandono do menor por famílias economicamente mal situadas, das condições subumanas de habitação nas favelas onde vivem e, principalmente, da falta de planos descentralizados de emprego dos recursos nacionais, cuja aplicação municipalizada pode resultar na criação de institutos laboratoriais, à semelhança do que têm feito o SENAC e o SENAI.

Com relação aos idosos, merecem eles nossa crescente preocupação, tanto mais que sua expectativa de vida vem sendo prolongada a cada ano, pelos avanços médicos e tecnológicos. Mesmo assim, o problema do amparo à velhice é vasto, abrangendo o aposentado, o pensionista, o inativo sem renda própria, pessoas que necessitam do uso gratuito de serviços públicos e, também, de amparo moral e psicológico, de lazer e, enfim, de participação por inteiro na vida social, o que evita serem considerados pesos mortos da comunidade, já que para ela contribuíram por anos a fio, prestigiando a sociedade com o melhor de suas vidas, em benefício da prosperidade da Nação.

Não é admissível que sejam eles obrigados a viver seus últimos dias contrangidos por uma aposentadoria tão dilapidada pelo altíssimo custo de vida que nos atinge a todos, pois, apesar de aposentados e economicamente inativos, têm encargos tributários, arcam com exorbitantes custos de moradia, tarifas de serviços públicos cada vez mais altas e uma série de outras despesas, inclusive as de alimentação.

É preciso trabalharmos para que os idosos tenham dias menos ruins, com níveis de existência mais dignos, para que a sobrevida desses que trabalharam em períodos mais difíceis de nossa história não seja apenas uma luta de sobrevivência, mas uma caminhada para a dignidade do futuro.

Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma exposição de motivos *subscrita pelo MEC e pelo SEDAP, de 18 de março último, acompanha anteprojeto de lei, visando ao estabelecimento do princípio da isonomia entre as instituições de ensino superior autárquicas e as fundacionais, problemas que, há muitos anos,*

vinha repercutindo no magistério, na imprensa e nas Casas do Parlamento. O surpreendente atendimento à antiga reivindicação apresenta uma novidade, ao dispor, também, sobre os quadros funcionais de professores do primeiro e segundo graus. Trata-se, de resto, de um ato de justiça, referindo-se equitativamente a professores, com iguais méritos, qualquer que seja o seu nível, para beneficiar-se do princípio da isonomia. Na verdade, um professor de quadro técnico, lecionando em estabelecimento superior autárquico, equipara-se, forçosamente, a outro do mesmo nível, lecionando em fundação.

O que estranhamos na proposição MEC-SE-DAP é a não inclusão dos professores das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, circunstância que contribuirá, de maneira evidente, para o desnível efetivo entre as categorias de docentes do serviço público federal, principalmente quando o Governo da União vem procurando estimular e expandir a educação técnica, para atendimento aos imperativos do desenvolvimento nacional.

Diante disso, encaminhamos veemente apelo ao Ministro Jorge Konder Bornhausen, titular da Educação, e ao Ministro Aluizio Alves, da Administração, no sentido de, com a sensibilidade que os caracteriza, apurarem a denúncia que recebemos do Diretor da Escola Técnica Federal de Pernambuco, Prof. Rômulo de Lacerda Júnior, a fim de que se tomem as providências corretivas necessárias, para que não seja preciso a apresentação de emenda nas comissões técnicas ou no plenário, o que implicará o retardamento da proposição, aguardada com a maior urgência pelo magistério oficial.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

V — O SR. PRESIDENTE (Amaldo Faria de Sá) — Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O Sr. José Egreja — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Amaldo Faria de Sá) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ EGREJA (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, venho a esta tribuna trazer algumas palavras de aplauso e também para fazer um convite a V. Exªs.

Na última terça-feira, tive a ventura de participar, em São Paulo, de evento que deveria estar motivando todos os Srs. Constituintes. Trata-se de um painel de debates sobre temas constituintes, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de São Paulo.

Embora não sendo bacharel em Direito, — dedico-me a outro ramo de atividade na minha vida privada — senti-me à vontade naquela casa de leis, onde recebemos muitos ensinamentos na primeira sessão, realizada na sexta-feira, de manhã.

Sr. Presidente, ao trazer essas palavras de aplauso à OAB pela contribuição que está dando aos trabalhos desta Constituinte, promovendo debates na Capital de São Paulo, gostaria de citar aqui os temas dos próximos debates, para que esse